

Da construção de Brasília ao processo de constituição de sua Região Integrada de Desenvolvimento: as pesquisas oficiais e a (des)ordem instituída.

De la construcción de Brasilia al proceso de constitución de su región integrada de desarrollo: las pesquisas oficiales y la (des)orden instituída

From the construction of Brasilia to the process of setting up its integrated area of development: official research and the instituted (dis) order

Marcelo de Mello

Universidade Estadual de Goiás - Goiânia - Goiás - Brasil
mellogeo28@yahoo.com.br

Resumo

Ao analisar o processo de produção do espaço urbano da nova capital brasileira percebemos que os fragmentos territoriais produzidos à margem das iniciativas oficiais ocuparam uma posição secundária na agenda dos construtores e idealizadores de Brasília. Assim, ocorreu uma progressiva expansão de ações improvisadas, individuais e desordenadas no interior e no entorno de um território planejado para ser o símbolo da ordem imprescindível ao progresso do Estado. A associação da ordem com a desordem, da integração com a fragmentação, se contrapõe aos discursos disciplinadores erigidos a partir de um movimento que consolidou a imagem do Estado como o gestor racional do território brasileiro. Mas, construir uma nova cidade-capital, na segunda metade da década de 1950, em pleno Cerrado, exigiu um esforço sobre humano, que comprometeu as bases de um projeto executado em um ritmo avassalador. A decisão de manter os olhos voltados unicamente para os cronogramas das obras promoveu a impossibilidade de avaliações dos problemas produzidos no decorrer da materialização da nova capital, bem como de seu entorno.

Palavras-chave: Brasília, pesquisa, tempo, espaço

Resumen

Al analizar el proceso de producción del espacio urbano de la nueva capital brasileña, percibimos que los fragmentos territoriales producidos a la margen de las iniciativas oficiales ocuparon una posición secundaria en la agenda de los constructores e idealizadores de Brasília. Así ocurrió una progresiva expansión de acciones improvisadas, individuales y desordenadas en el interior y en el entorno de un territorio planeado para ser el símbolo del orden imprescindible al progreso del Estado. La asociación del orden con el desorden, de la integración con la fragmentación, se contraponen a los discursos disciplinadores erigidos a partir de un movimiento que consolidó la imagen del Estado como el gestor racional del territorio brasileño. Pero, construir una nueva ciudad-capital, en la segunda mitad de la década de 1950, en medio al Cerrado, exigió un esfuerzo sobrehumano, que comprometió las bases de un proyecto ejecutado en un ritmo avasallador. La decisión de mantener los ojos vueltos únicamente para los cronogramas de las obras promovió la imposibilidad de evaluaciones de los problemas producidos en el decorrer de la materialización de la nueva capital, bien como de su entorno.

Palabras clave: Brasília, pesquisa, tempo, espacio

Abstract

By analyzing the process of building of the new Brazilian capital's urban space, we find that territorial fragments created outside official government initiatives occupied a secondary position on the agenda of the builders and designers of Brasília. So there was a gradual expansion of improvised actions, individual and unorganized, inside and around an area planned to be the symbol of the order, so essential to the progress of the state. The association of order with disorder, integration with fragmentation, is a contrast to the disciplinarian discourse born from a movement that solidified the image of the State as a rational manager of the Brazilian territory. But building a new capital city in the second half of the 1950s, right in the *Cerrado*, required a superhuman effort, which compromised the basis of a project carried out in an overwhelming pace. The decision to focus exclusively on the building schedule prevented an assessment of the problems created during the construction of the new capital and its surroundings.

Keywords: Brasília; research, time, space

Introdução

A formação de um aglomerado urbano no Planalto Central brasileiro, mais precisamente na região sob a influência de Brasília, nos leva a constatar que os planos,

os projetos e as estratégias utilizadas na gestão desse território articulador não atingiram um de seus principais objetivos, que era impedir que as funções atribuídas a Brasília fossem descaracterizadas pelas tramas inerentes a uma realidade urbana com dimensão metropolitana.

O processo de constituição de um denso aglomerado urbano foi promovido no decorrer de poucas décadas, a partir da reprodução vertiginosa de núcleos urbanos com uma forte tendência expansiva: do interior do Distrito Federal aos municípios limítrofes a ele. Esses núcleos revelam as intrincadas dinâmicas que orientaram e reorientaram o movimento de pessoas atraídas por esse território.

Com o objetivo de avaliar o processo de formação dessa realidade urbana, o IPEA¹ e a Codeplan² realizaram pesquisas que identificaram elementos relevantes para o entendimento das relações estabelecidas entre as “cidades” que formam esse “aglomerado urbano”. O presente artigo analisa esses documentos oficiais considerando suas aproximações e distanciamentos.

O IPEA e o “aglomerado urbano de Brasília”

Na série “*Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano*” do IPEA (2002) – na introdução do volume dedicado ao estudo do Aglomerado Urbano de Brasília – encontramos duas hipóteses que sustentam as investigações relativas à formação desse espaço urbano. Logo em seguida, estas hipóteses referenciaram a elaboração de três questões tratadas como fundamentais para o trabalho desenvolvido.

As hipóteses:

- Nenhum instrumento é eficaz ou ineficaz em si mesmo. Esses atributos dependem de sua real aplicação.

– Tão importante quanto o conteúdo formal do instrumento é o seu processo de aplicação.

As questões:

¹ Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

² Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.

- Quais os entraves institucionais, legais e operacionais que dificultaram a superação dos problemas associados ao uso e ocupação do solo urbano?

- Os instrumentos de planejamento e gestão do uso do solo têm sido eficazes no papel de orientadores do desenvolvimento urbano?

- Quais as políticas adotadas para conter a deterioração das áreas informais e quais as suas conseqüências?

O raciocínio articulado nessas indagações revela que, num primeiro momento, foram enfatizados os entraves numa escala institucional-operacional; em seguida, temos a passagem para uma instância que envolve os instrumentos de planejamento e gestão; por fim, o grau de abrangência é ampliado e as políticas adotadas para conter o estado de desordem implantado se tornam o alvo da indagação.

A estrutura que dá sustentação à pesquisa nos remete a uma abordagem com o seguinte teor: as explicações para os desvios e problemas gerados na vigência dos planos devem ser encontradas na forma como se deu a gestão das ações planejadas. Talvez possamos associar esse raciocínio ao fato das etapas de execução dos planos desenvolvidos pelos órgãos federais terem ficado a cargo das unidades federativas. Investigando a natureza deste encaminhamento, podemos levantar a hipótese dessa tendência de responsabilizar os gestores estaduais ser derivada do fato desse Instituto de Pesquisas – o IPEA – apresentar um consistente vínculo com a etapa de elaboração das ações planejadas pelo Estado.

Na realidade, os profissionais responsáveis pelos programas contidos no II PND³ – 1975/1979 – compunham, em sua maioria, os quadros do IPEA. Como as orientações que referenciam suas práticas não sofreram alterações profundas, não poderíamos esperar que esse Instituto oficial questionasse as matrizes teórico-metodológicas utilizadas na composição do chamado “conteúdo formal”⁴ dos programas e planos.

Após a exposição dos questionamentos supracitados, foram explicitados os referenciais teórico-metodológicos que definiram os encaminhamentos e os

³ No qual foi inserido a principal medida destinada à preservação das funções originalmente atribuídas à Brasília: o PERGEB, Programa de Implantação da Região Geoeconômica de Brasília.

⁴ Expressão retirada da segunda hipótese apresentada na página anterior.

procedimentos utilizados na realização do estudo. Destacaram-se três pontos que, por estarem envolvidos visceralmente com a temática abordada, mereceram um tratamento que garantisse o entendimento dos sentidos destinados a cada um no interior do contexto que definiu a natureza do trabalho:

- o entendimento do que são problemas;
- a definição de eficácia dos instrumentos; e
- a própria ideia de políticas públicas.

A exposição que situou cada um dos elementos no interior da pesquisa é clara. Diante dela, o entendimento do que foi considerado problema apresentou a necessidade de uma contextualização histórica, em que uma problemática intrínseca e recorrente se configurou a partir de duas ordens articuladas numa perspectiva temporal, na qual os problemas revelaram origens internas ou externas. Para a análise dos problemas encontrados, indicou-se a formulação de periodizações que permitissem a identificação dos fatores mais relevantes em cada um dos distintos momentos.

A definição de eficácia dos instrumentos foi inspirada na proposta elaborada pelo Núcleo de Pesquisas em Informações Urbanas (Infurg) da FAU-USP. *“Trata-se, portanto, de avaliar a eficácia de instrumentos em relação aos objetivos propostos, à forma de implementação, aos resultados obtidos e aos meios físico e socioeconômico”*. A inovação trazida por essa proposta é notada pela presença da avaliação como critério de aferição dos resultados. Ou seja, devem ser colocados, lado a lado, os objetivos declarados e a realidade produzida. A partir dessas avaliações, as adequações são postas como imprescindíveis para que se possa retomar o confronto entre a *“cidade real e a cidade ideal”* (IPEA, 2002, p.35). Entretanto, mais uma vez não foi apresentada a possibilidade de questionamento das referências que sustentam as bases racionais dos planejadores.

No que tange às políticas públicas urbanas, é destacado que a experiência brasileira fez com que a visão de uma política urbana nacional desse lugar a uma multiplicidade de políticas urbanas. É considerado, ainda, que apesar da existência de vertentes intra e interurbana nas orientações contidas nas políticas nacionais de 1975 a 1985, o que ocorreu, efetivamente, foram iniciativas setoriais. Nessa perspectiva, é salientado que o Estado foi o único agente a atuar, de maneira determinante, no

processo de elaboração e execução das intervenções, com vistas à gestão do espaço urbano.

Posteriormente, desenvolvendo comentários acerca do contexto histórico que marcou a formação do Aglomerado Urbano de Brasília, uma nova hipótese é elaborada. A pesquisa revela um movimento de depuração de idéias que busca conduzir a um entendimento sobre as diversas escalas que envolvem Brasília com os territórios local, regional e nacional. Vamos, então, à nova hipótese:

- A solução dos problemas do aglomerado urbano de Brasília requer uma definição política que seria simultaneamente urbana e regional, contemplando a sua ligação com a região do entorno, seu papel na região Centro-Oeste e no país, e não apenas como capital. (IPEA, 2002, p.36).

A necessidade de uma conjunção entre as dimensões urbana e regional já estava presente no II PND, em especial, no Programa de Implantação da Região Geoeconômica de Brasília. O que surge de novo no bojo desse processo de apuração, em que hipóteses vão sendo reelaboradas, é o questionamento referente ao papel do Estado como ator exclusivo na condução do processo de urbanização, a partir da revisão conceitual que tratou da política urbana em diversas escalas.

Como os problemas contemplados nessa pesquisa foram percebidos e avaliados de acordo com o contexto histórico em que foram produzidos, nada mais natural e coerente do que a metodologia adotada delimitar uma periodização que, no entender dos pesquisadores, possibilitasse a análise do processo de formação do “aglomerado urbano” de Brasília:

- 1956-1973: período marcado pela transferência e implantação da Capital, sede do atual aglomerado urbano de Brasília, e pela criação das cidades-satélites, dando início ao modelo polinuclear de ocupação do território;

- 1974-1987: período marcado pelo planejamento da organização territorial do núcleo do aglomerado urbano como um todo (Distrito Federal), o qual definiu os vetores de crescimento, e pela formação do próprio aglomerado, quando se consolidou sua periferia, com a formação de loteamentos nos municípios limítrofes ao território do Distrito Federal; e

- 1988-meados de 1997: período marcado pela consolidação dos vetores de crescimento do período anterior e pela ampliação da cidade ilegal, com uma atuação do governo local voltada, basicamente, para as questões de moradia.

A proposta de periodização do IPEA convida a densas reflexões, a começar pelo critério que delimitou metodologicamente o encaminhamento da pesquisa ter se pautado, exclusivamente, na dimensão temporal dos eventos. Devemos ter em mente que a aglomeração urbana se revela espacialmente, territorialmente. Não que a contextualização histórica seja irrelevante. Além disso, os eventos abordados não tiveram uma manifestação linear como sugere a periodização. Pelo contrário, o espraiamento urbano se reapropriou de territórios, fazendo com que, em tempos distintos, um mesmo lugar fosse marcado por diferentes significações. Da mesma forma, certos conceitos, como o de “cidade-satélite”⁵, acabaram por representar manifestações diferentes das originais, a partir das metamorfoses territoriais que redefiniram as formas de ocupação do espaço urbano de Brasília.

Em relação às periodizações, algumas questões devem ser pontuadas: as cidades-satélites não foram criadas em sua totalidade até 1973. Até esta data, elas nem mesmo indicavam a expressão que iriam adquirir, por exemplo, na gestão de Joaquim Roriz. E o mais importante: mesmo antes de Brasília ter sido inaugurada, a existência de acampamentos, invasões e, principalmente, da Cidade Livre – atual Núcleo Bandeirante – fez com que as relações não ficassem concentradas em um único núcleo. Podemos afirmar que, desde o momento em que se inicia a construção da nova capital, o espaço marcado pelos canteiros de obras se caracterizou por relações polinucleadas. A Cidade Livre, a Candangolândia, a Vila Planalto e Taguatinga são provas cabais disto. Na realidade, Brasília já nasce, como projeto e como obra em construção, polinucleada. Esta característica não teve que ser consolidada e sim aceita. Desde o primeiro instante, a ocupação do território da cidade-capital manifestou a presença de vários núcleos.

Da mesma forma, a organização territorial do Distrito Federal foi redefinida desde a construção da capital até os dias de hoje. Na realidade, o Planidro⁶ e o POT-77⁷

⁵ Existe uma confusão no entendimento da diferença entre Brasília e o Distrito Federal, bem como a respeito da distinção entre as cidades-satélites e as Regiões Administrativas. Para auxiliar no entendimento desses “conceitos” sugerimos a consulta à Lei Federal 4.545 e da Lei Distrital 49/89.

⁶ Plano Diretor de Águas, Esgoto e Controle da Poluição do Distrito Federal.

⁷ POT: Plano de Ocupação Territorial do Distrito Federal.

foram elaborados no interstício apontado pelo segundo momento da periodização organizada pelo IPEA. Mas, de maneira sistemática, houve uma revisão ininterrupta, em que uma série de medidas contraditórias preparam de forma intercalada a possibilidade de assentamentos no Distrito Federal e a necessidade da extinção de “invasões” e expulsão dos invasores. Temos, ainda, a criação de várias “cidades-satélites” em períodos que antecedem o ano de 1974 e sucedem 1987. Como foi citado anteriormente, a gestão do Governador Joaquim Roriz – 1988-1989 – apresentou novas orientações importantes que influenciaram fortemente a continuidade da expansão urbana no Distrito Federal. Nesse período, criaram-se novos núcleos urbanos, que apresentaram um crescimento populacional expressivo. Nesta perspectiva, entendemos que esse recorte temporal não pode restringir as questões referentes à organização do crescimento urbano no Distrito Federal, nem em sua periferia, já que até este momento, por exemplo, o município de Águas Lindas não tinha nem sido criado, e os loteamentos, que estavam sendo formados, em seu futuro território, não eram ainda expressivos.

Por fim, os vetores de crescimento foram definidos ao longo de todo processo de ocupação deste território. Mello (1999) coloca que, quando se aproximava o dia da inauguração de Brasília, uma série de estabelecimentos comerciais irregulares e indesejados – localizados na Cidade Livre – foram transferidos para Luziânia⁸, nas proximidades de onde foram construídos os conjuntos habitacionais que, na década de 1990, deram origem ao município de Valparaíso de Goiás. Desde esta época, um vetor de crescimento é estruturado e a sua consolidação derivou dos Planos Diretores citados no parágrafo anterior, bem como da fragmentação dos territórios de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto. Entendemos, também, que uma avaliação que aponte para uma ampliação da cidade ilegal deve considerar outros setores dedicados à habitação. Nas proximidades do Lago Sul, mais especificamente do Setor de Mansões Dom Bosco e do Jardim Botânico, parte expressiva do território foi tomado por uma série de condomínios fechados destinados à classe média. Eles foram construídos à margem da legislação que rege o espaço urbano do Distrito Federal. Para entender estas questões devemos estar respaldados por conceitos claros que auxiliem no entendimento do que vem a ser um loteamento irregular ou ilegal.

⁸ A partir da fragmentação do território de Luziânia foram formados os municípios de Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Santo Antônio do Descoberto. Posteriormente, uma fragmentação no território de Santo Antônio do Descoberto fez surgir o município de Águas Lindas de Goiás.

No que se refere aos conceitos que qualificam a situação jurídica de loteamentos, o trabalho capitaneado pelo IPEA oferece uma excelente contribuição, ao distinguir loteamentos legais, irregulares e clandestinos. O primeiro é caracterizado pela aprovação pelo poder público, tanto do projeto como da forma como se deu sua execução, sendo necessário ainda o registro em cartório competente. Os irregulares são os que tiveram os projetos aprovados, mas foram executados em desacordo com os documentos apresentados ao poder público. Por fim, os loteamentos são clandestinos quando não são nem mesmo aprovados pelo poder público, sendo, na maioria dos casos, executados sem o conhecimento dos órgãos competentes.

Depois de conceituar cada tipo de loteamento, o trabalho classifica como clandestinos muitos empreendimentos existentes no Distrito Federal, pois, em sua maioria, não foram cumpridas nenhuma das exigências estabelecidas em lei.

Devemos ressaltar que esta pesquisa trabalhou com dados e informações obtidas até o ano de 1997, e que a RIDE-DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal: uma figura jurídica elaborada para permitir a articulação de políticas públicas em territórios vinculados a mais de uma Unidade Federativa – foi criada em 1998.

Por isto, na apresentação do volume dedicado ao aglomerado urbano de Brasília, foi preciso deixar claro que a Constituição Federal impede que a capital federal venha a se constituir oficialmente como integrante de um aglomerado com essa natureza. Pois não pode haver uma distinção como a realizada pela pesquisa, onde o Plano Piloto e as cidades-satélites foram trabalhadas numa perspectiva em que a unidade exigida pela Lei não foi contemplada, já que o Plano Piloto foi considerado a cidade “*sede, e as regiões administrativas, que englobam as cidades-satélites, além dos nove municípios do entorno imediato*”⁹, foram considerados as cidades da “*periferia do aglomerado urbano*” (IPEA, 2002. p. 34).

É necessário ressaltar que certas coisas em Brasília são muito complexas. Como entender uma “cidade” que tem um perímetro delimitado como se fosse uma “região”: o Distrito Federal? É um ponto sendo delimitado por fronteiras que correspondem a uma

⁹ Luziânia, Planaltina de Goiás, Padre Bernardo, Água Fria de Goiás, Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental, Águas Lindas de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.

área. Desde o início, a organização espacial da nova capital inspirou confusões conceituais de natureza semelhante a essa. As considerações feitas pelo IPEA podem ter sido influenciadas por essa discrepância.

O croqui 01 representa o processo de expansão urbana no Distrito Federal e em seu entorno. Como critério ordenador, utilizamos a lei de criação das Regiões Administrativas integrantes do Distrito Federal e dos municípios do Estado de Goiás. Nossa iniciativa rompeu com a idéia de Região Administrativa e privilegiou os núcleos urbanos. Entendemos que através deles podemos vislumbrar a expansão urbana deflagrada nessa cidade-região.



Croqui 01: Periodização da expansão urbana de Brasília e seu entorno.

Autor: SILVA, Adriana Aparecida - 2009

A CODEPLAN e as regiões polarizadas da RIDE-DF

Passemos agora a dialogar com outro trabalho realizado, também, por um órgão oficial. A Codeplan¹⁰ realizou uma pesquisa, em 2003, que apresentou outras referências metodológicas para o estudo da realidade manifestada pela RIDE-DF. Esta investigação teve como objetivo a elaboração de um modelo de regionalização que representasse os aspectos mais relevantes da relação entre Brasília e os municípios da RIDE-DF. A estrutura do trabalho foi organizada com vistas à aquisição de elementos que revelassem as diferentes intensidades¹¹ que marcam relação da capital federal com os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento. Ao contrário da experiência anteriormente analisada, o contexto histórico não ocupou um lugar central; podemos afirmar que a dimensão temporal foi contemplada de maneira periférica.

Como produto final, foram delimitadas três regiões, a partir da intensidade da influência exercida pelo Distrito Federal nos municípios da RIDE-DF. Estas três regiões estão representadas no Mapa 01.

Na apresentação deste estudo é ressaltada a exigência de “pressa” na busca por meios que permitam um entendimento da intrincada relação entre o Distrito Federal e seu entorno, formado por municípios goianos e mineiros. As três regiões definidas com os seus respectivos municípios foram assim denominadas:

Região I – alta polarização: Água Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

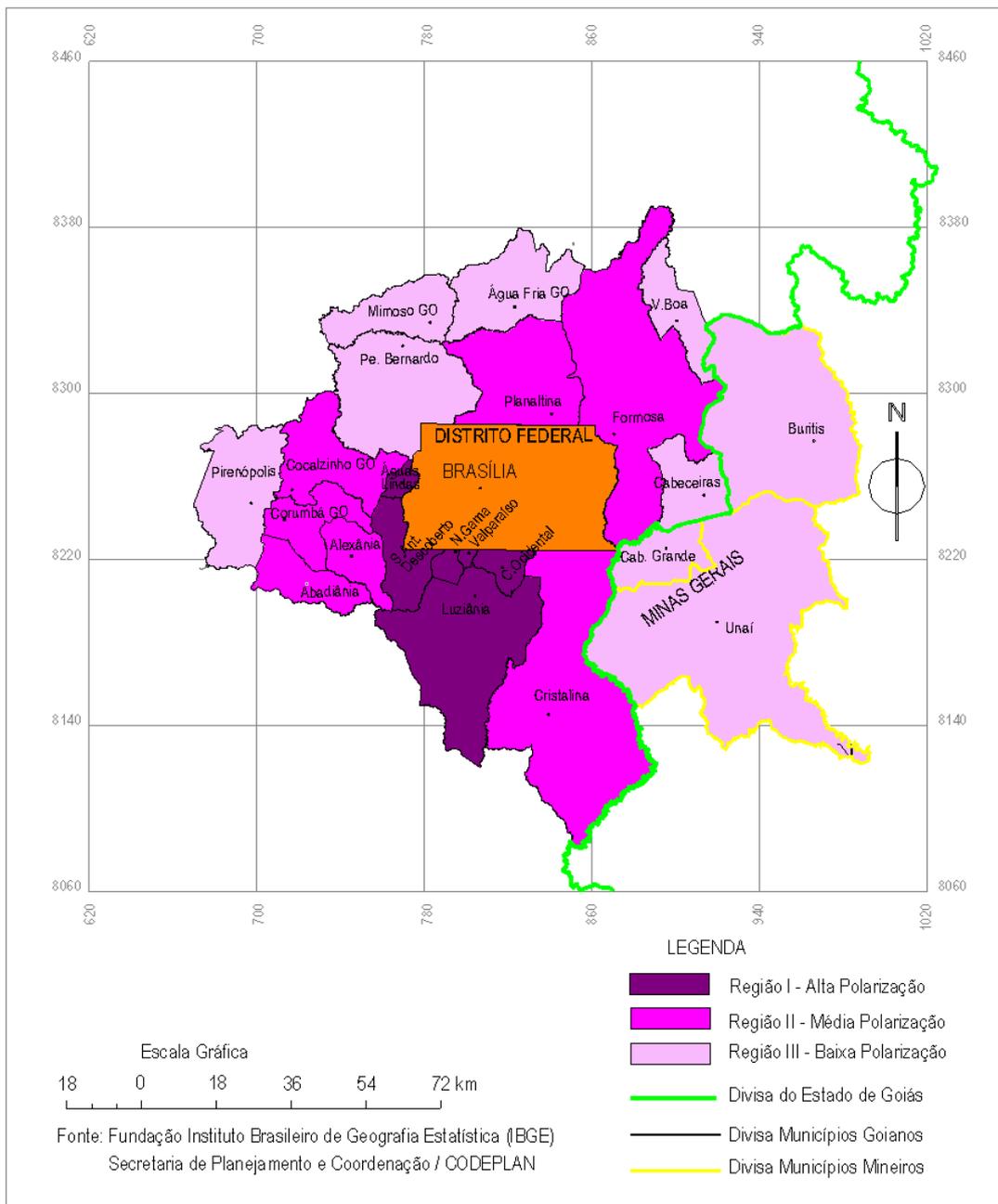
Região II – média polarização: Abadiânia, Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Planaltina de Goiás.

Região III – baixa polarização: Água Fria de Goiás, Buritis, Cabeceira Grande, Cabeceiras, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Pirenópolis, Unai e Vila Boa.

Para dimensionar a intensidade dos vínculos estabelecidos entre estes entes federativos podemos citar alguns dados levantados pela pesquisa da Codeplan:

¹⁰ Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central.

¹¹ Os elementos privilegiados na análise da variação dessa intensidade foram: a busca por trabalho, por serviços educacionais, por serviços de saúde, por equipamentos públicos, bem como as relações comerciais.



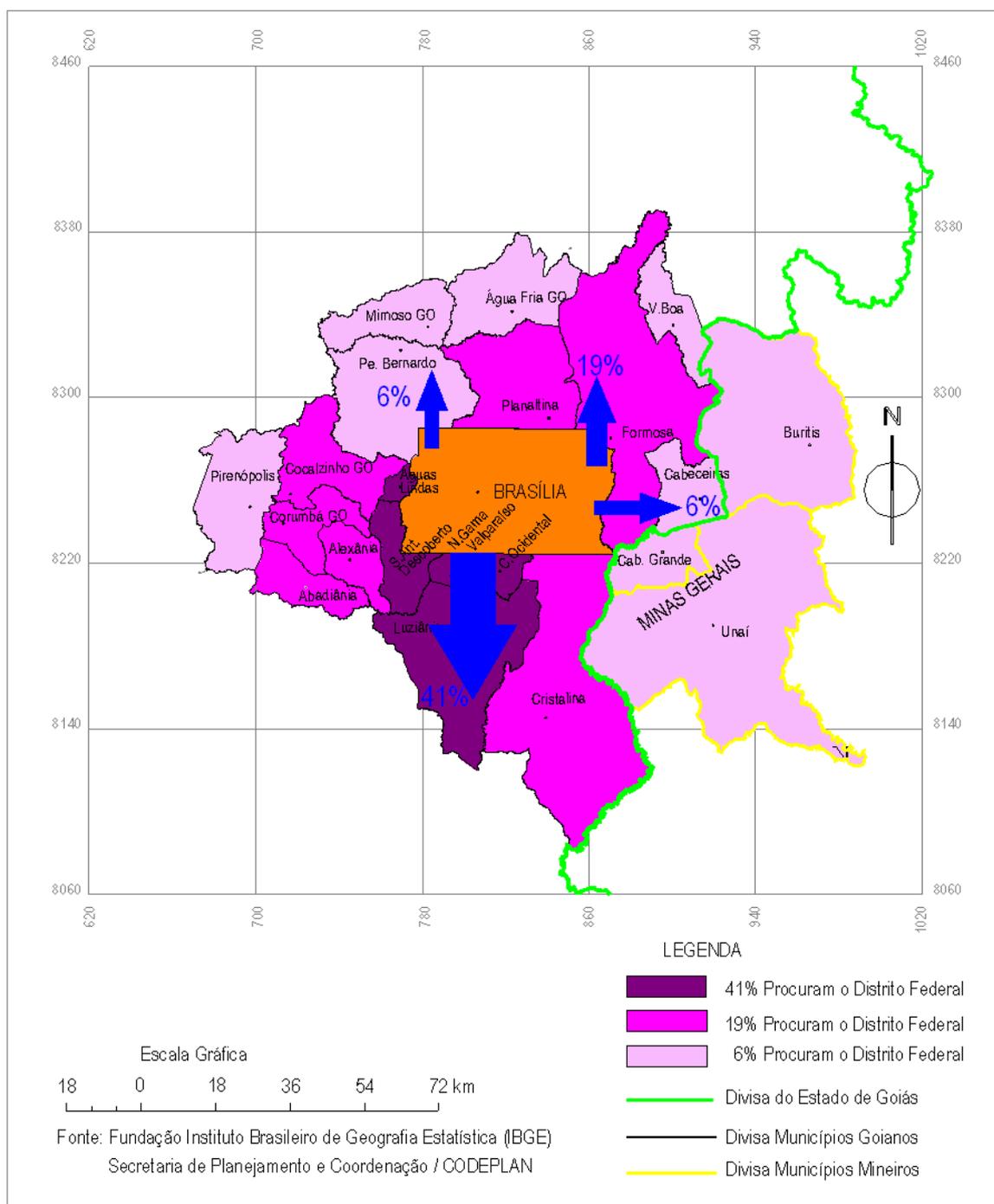
Mapa 01: A RIDE e as Regiões Polarizadas – 2003.

Fonte: CODEPLAN -2003.

Org.: NUCADA, Miraci.

- ¼ – um quarto – dos migrantes que, em 2003, residiam na RIDE-DF, nasceram no Distrito Federal e 30% da população dessa Região havia morado em

Brasília. O Mapa 02 permite que verifiquemos a proporção deste movimento intrametropolitano em cada uma das regiões polarizadas.



Mapa 02: A RIDE e a Imigração para o Entorno do Distrito Federal.

Fonte: CODEPLAN -2003.

Org.: NUCADA, Miraci.

Um fator a ser ressaltado está relacionado com as características dos municípios mineiros que fazem parte da RIDE-DF. Tanto Unai como Buritis e Cabeceira Grande compõem a Região III, de baixa polarização. Esses municípios, como alguns municípios goianos da RIDE, têm suas atividades econômicas voltadas para a agropecuária. No caso dos municípios goianos, a “vocação” rural se faz presente entre os que constituem as regiões de média e baixa polariza o. Em se tratando da região de alta polariza o, os territórios de todos os municípios elencados formavam, até o início da década de 1980, um único município: Luziânia, que passou por um acentuado processo de fragmenta o, dando origem aos seguintes municípios:  gua Lindas, Cidade Ocidental, Luziânia, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Considera es finais

As duas pesquisas apresentadas não são marcadas somente por diferenças, pois podemos apontar questões que as aproximam. Elas expõem uma limita o oriunda da ausência de diálogo entre as dimensões do tempo e do espaço: se, no primeiro trabalho, houve uma generaliza o que eliminou a dimensão espacial, tornando tudo igual através do tempo; no segundo, houve uma redu o que igualou tudo no espaço, como se um movimento constante, uniforme e unidimensional estivesse atuando no território da RIDE-DF.

Fomos, então, compelidos a destacar essa tendência redutora revelada pelos produtos que representam as conclusões de cada estudo aqui analisado. Esse modelo de decanta o da realidade em que o espaço e o tempo são apartados pode e deve ser revisto. A complexidade das rela es produtoras da RIDE-DF será melhor compreendida quando periodiza es e mapas forem aproximados, quando estas representa es da realidade expressarem suas indissociabilidades.

Referências

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) – 1972/1974*. Sancionada em 04 de novembro de 1971.

BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – 1975/1979*. Sancionada em 04 de dezembro de 1974.

CODEPLAN. *Brasília e sua região polarizada*. Brasília, 2003.

IPEA, UNB, UFRJ. *Série gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano*. Brasília, 2002. Volume 3, Instrumentos de Planejamento e Gestão: Brasília e Rio de Janeiro.

MELLO, Marcelo de. *Luziânia e a fragmentação territorial do Entorno de Brasília*. Dissertação de Mestrado - IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

_____. *Brasília e Águas Lindas de Goiás: a loucura e a razão no processo de produção de um território*. Tese de Doutorado – IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

Recebido para publicação em agosto de 2011
Aprovado para publicação em setembro de 2012